
Estudos de casos de defesa e promoção de direitos**Índia: conscientização sobre os direitos**

Tema: Governança
Direitos humanos

Abordagem de defesa e promoção de direitos: Contratos sociais e prestação de contas social
Educação dos membros da comunidade
Funcionários governamentais: reuniões com
Uso dos direitos humanos
Quadros de Direito à Informação

Na Índia há uma lei que garante aos cidadãos o acesso gratuito a informações governamentais sobre seus direitos legais. De acordo com o disposto na lei, qualquer cidadão pode solicitar informações junto a uma autoridade ou órgão do governo e deve receber resposta no prazo de trinta dias.

Uma das organizações parceiras da Tearfund, a Emmanuel Hospital Association (EHA), mantém um projeto batizado de “Sayhog” (que significa “cooperação” em hindi), que procura conscientizar as pessoas que vivem em assentamentos informais sobre a lei. A importância da ação está no fato de muitas comunidades carentes e vulneráveis não terem ciência da lei e não saberem usá-la. Através de reuniões comunitárias e treinamentos, a EHA ajuda as pessoas a entenderem que têm o direito à informação, e as ensina os procedimentos para acessá-la.

Em uma das favelas de Deli, a EHA ajudou os moradores a exercerem seu direito à informação. Mostraram como preencher os documentos, onde enviá-los e como acompanhar o processo. Como resultado, a comunidade descobriu que tinha o direito a um serviço de ônibus, ruas asfaltadas, ligação elétrica, água, saneamento, posto de saúde e escola. Também descobriu que cada cidadão tem direito a uma carteira de identidade, garantindo o acesso a saúde e educação.

A pedido da comunidade, a EHA ensinou os moradores a usarem essas informações para escreverem cartas às autoridades do governo de Deli, cobrando a prestação desses serviços. O resultado foi uma série de reuniões entre a comunidade e as autoridades. Nem sempre foi fácil, pelo fato de a favela ter se erguido em um terreno pertencente ao governo e as autoridades temerem perder a propriedade da área. No entanto, a comunidade persistiu pois conhecia os seus direitos garantidos por lei. O governo acabou concordando em pagar pelos serviços solicitados. Ao mesmo tempo, os moradores da comunidade, agora empoderados, continuaram a aplicar a lei em seu cotidiano e a conscientizar outros a respeito.